

## O masculinismo gore-ejaculatório e a ameaça rugosa

*The gore-ejaculatory masculinism and the anal danger*

Rick Afonso-Rocha\*

Universidade Estadual de Santa Cruz (UESC)

rarocho@uesc.br

DOI: 10.5281/zenodo.5544355

Recibido: 30/07/2021 Aceptado: 19/09/2021

**Resumen:** Análisis o funcionamiento deimopolítico da masculinidade cis-hétero-bolsonarista como norma de reconhecimento caracterizada não apenas pelo medo da penetrabilidade do ânus, mas profundamente marcada pelo medo de ter um ânus. Busco analisar a produção do medo da existência do ânus como elemento intrínseco à fabricação das supostas ameaças sociais no cis-hétero-bolsonarismo. Por meio de uma metaforização topográfica que localiza/significa os excluídos como o cu do social, o “inimigo” comparece como uma marca da memória anal, fazendo lembrança que o ânus existe. Se existe, pode ser penetrado. Dessa forma, a própria (in)existência do ânus organiza a distribuição diferencial da humanidade nesse regime, pois a condição mínima de ser humano é a de ser homem, isto é, não ter ânus. Condição essa reafirmada por outros marcadores de ausência: não ter vagina, não ter a pele negra, não pertencer às minorias étnicas e religiosas... O cis-hétero-bolsonarismo comporta-se como um engenho anatômico da qual o ânus funciona como um catalisador da reação masculinista. O tubo dérmico é, então, reformatado nesse regime. Com isso, busco mostrar que o medo da existência do ânus é um elemento central da enunciação subjetiva e do reconhecimento fascista nessa comunidade.

**Palabras clave:** masculinidade ereta, políticas de gênero, falotopia, deimopolítica, cis-hétero-bolsonarismo.

**Abstract:** I analyze the deimopolitical functioning of cisgender-straight-bolsonarist masculinity as a norm of recognition characterized not only by the fear of penetrating the anus, but essentially marked by the fear of having an anus. I seek to analyze the production of fear of the existence of the anus as an intrinsic element in the fabrication of supposed social threats in cisgender-straight-bolsonarism. Through a topographic metaphorization that locates/means the excluded as the anus of the social, the “enemy” appears as a mark of the anal memory, reminding that the anus exists. If it exists, it can be penetrated. In this way, the (non)existence of the anus organizes the differential distribution of humanity in this regime, as the minimum condition of being a human being is that of being a man, that is, not having an anus. This condition is reaffirmed by other markers of absence: not having a vagina, not having black skin, not belonging to ethnic and religious minorities... Cisgender-straight-bolsonarism behaves like an anatomical engineering in which the anus works as a catalyst for a masculinist reaction. The dermal tube is then reformatted in this regime. With this, I try to show that the fear of the existence of the anus is a central element of subjective enunciation and fascist recognition in this community.

**Keywords:** masculinidade ereta, políticas de gênero, falotopia, deimopolítica, cis-hétero-bolsonarismo.

\* Brasileira, bicha, nordestina, branca, contra-CIS-identificada: doutoranda e Mestre em Letras, pela Universidade Estadual de Santa Cruz (PPGL/UESC). Bacharelada em direito (UESC) e advogada (OAB/BA). Bolsista FAPESB. Integrante do grupo de pesquisa *O Espaço Biográfico no Horizonte da Literatura Homoerótica* (GPBIOH), *O Núcleo de Estudos Queer e Decoloniais* da UFRPE (NuQueer) e do *Grupo de Pesquisa Estudos Literários Contemporâneos: Fontes da Literatura de Jornal* da UESF. <https://orcid.org/0000-0001-5873-4136>

## 1. O ânus no cis-hétero-bolsonarismo

Eu não tenho nada, eu não tenho nada contra quem usa o seu orifício rugoso infra-lombar para fazer sexo. Mas querer impor a sua sexualidade a uma grande maioria de cristãos e querer desvirtuar a forma como Jesus Cristo veio à Terra [...] Isso daí é que a gente tem que mostrar a verdade, porque até a sexualidade de Cristo eles tentam desvirtuar.<sup>1</sup>

Sou imorrível, imbroxável e também sou incomível.<sup>2</sup>



Imagem 1: COSTA, Yuri. Declaração homofóbica ‘Aparelho excretor não reproduz’ gera multa a Levy Fidelix. *Esquerda Diário*, 22 de fevereiro de 2017. Disponível em: <https://www.esquerdadiario.com.br/Declaracao-homofobica-Aparelho-excretor-nao-reproduz-gera-multa-a-Levy-Fidelix>. Acesso em: 31 maio 2021

<sup>1</sup> Redação Correio Brasiliense. Presidente da Embratur: ‘Nada contra quem usa seu orifício rugoso infra-lombar para fazer sexo’. *Estado de Minas*, 25 de junho de 2020. Disponível em: [https://www.em.com.br/app/noticia/politica/2020/06/25/interna\\_politica,1159780/presidente-da-embratur-nada-contra-quem-usa-orificio-rugoso-sexo.shtml](https://www.em.com.br/app/noticia/politica/2020/06/25/interna_politica,1159780/presidente-da-embratur-nada-contra-quem-usa-orificio-rugoso-sexo.shtml). Acesso em: 29 maio 2021.

<sup>2</sup> Redação Uol. “Sou imorrível, imbroxável e também sou incomível”, declara Bolsonaro. São Paulo, 17 de maio de 2021. Disponível em: <https://noticias.uol.com.br/politica/ultimas-noticias/2021/05/17/sou-imorrivel-imbroxavel-e-tambem-sou-incomivel-declara-bolsonaro.htm> Acesso em: 26 jul. 2021.



Imagem 2: REDAÇÃO Band. Bolsonaro escreve 'queimar rosca todo dia': deputado do PP-RJ provoca manifestantes que pediam a saída do Pastor Feliciano do comando da Comissão de Direitos Humanos da Câmara. *Band Notícias*, 13 de março de 2013. Disponível em: <https://esporte.band.uol.com.br/noticia/100000581938/bolsonaro-escreve-queimar-rosca-todo-dia.html>. Acesso em: 29 maio 2021

Escolho começar esta experimentação analítico-descritiva com quatro epígrafes. Dentre seus funcionamentos na produção de sentidos, as epígrafes funcionariam também como uma espécie de abre-alas do texto. Seriam, então, responsáveis por dar uma orientação primária, pressurizando o processo de leitura. Aprende-se que epígrafes fazem as vezes de um tema, um resumo temático daquilo de que o texto supostamente tratará. Situariam o leitor – essa homogeneidade pacífica que apreenderia os sentidos intencionalmente almejados pelo autor – em relação à intencionalidade do autor ou do texto. Por isso, constituiriam uma estratégia do autor em sua pretensa delimitação dos sentidos daquilo que escreveu. Talvez, por isso, vemos apenas epígrafes verbais. A intencionalidade autoral encontra maiores resistências no registro iconográfico. Nele é mais difícil sustentar a correspondência autor-sujeito empírico, até porque as imagens circulam, normalmente, sem a assinatura de autoria.

Pelo discurso do outro, o autor abriria seu texto e daria o tom das interpretações queridas, dos sentidos esperados. A epígrafe comparece, assim, como uma política textual de afetação dos sentidos. Contudo, tais sentidos estariam condicionados,

nessa perspectiva, à figura do autor, esse tomado como senhor de si, senhor do texto e senhor dos sentidos.

Para além disso, penso a epígrafe em seu sentido, talvez mais simples: como inscrição. Um gesto de inscrição não-subjetivo, mas que poderia ter sua ilusória intencionalidade posta em questão desde o campo de batalha de leitura, desde as coordenadas ideológicas constituintes das relações de poder. Inscrição que se faz em um registro: x se inscreve ou é inscrito em algum lugar. Nesse sentido, o que faz a epígrafe? Grava determinados sentidos (e não outros), pressuriza a interpretação, sedimenta determinados sentidos, calando outros.

Essa definição de epígrafe aparece no dicionário *Oxford Languages and Google*: “epígrafe = palavra ou frase que se grava”. Nisso, em relação às quatro epígrafes que, muito mais do que serem escolhidas por mim, inscrevem-se aqui e também inscrevem x (ainda que não saibamos o que exatamente) nesse trabalho, sou levado a questionar: o que se inscreve? O que é inscrito? Onde se inscreve? Pelo que se inscreve ou é inscrito? X é inscrito, é gravado na memória. Com tal inscrição seria possível indagar o que é digno de memória no regime pelo qual aqueles quatro enunciados puderam emergir? O que é digno de ser gravado? E, conseqüentemente, preciso também questionar: o que é deixado de fora com esse gesto de inscrição? O que não é inscrito? O que não se inscreve? O que é silenciado com tal gesto? O que é, nesse regime específico, produzido como indigno de registro? O que tem sua inscrição impossibilitada?

Busco, com isso, refletir a respeito do registro enunciativo que, para além de ter tornando tais sequências possíveis, tornara-as necessárias, reclamando sua, agora, incontornável emergência. Para além das condições de produção dessas sequências, interessa-me o processo de construção de sua pretensa necessidade e incontornabilidade, pelo que este regime enunciativo conseguiu se fazer inevitável, conseguiu construir-se como homogeneidade, produzindo sua aceitabilidade e sua dominância. E, muito mais que isso, interessa-me sua proliferação enunciativa: como este regime convoca, numa dimensão assustadora, a produção de discursos e imagens, formatando uma paisagem fascista mitológica de significação corpórea.<sup>3</sup>

<sup>3</sup> Por *paisagem corpórea*, entendo as maneiras de *ver, ouvir e dizer* o corpo produzidas em dada formação histórica. A paisagem constitui, assim, uma

Dito de outra forma: como este regime enunciativo funciona de modo a produzir paisagens de medo e paisagens de terror pelas quais os corpos cis-heterodissidentes são hegemonicamente significados como ameaças sociais? Funcionamento esse que serve à manutenção e à perpetuação desse regime enunciativo. Proliferação enunciativa constituinte e necessária à sobrevida eterna do cis-hétero-bolsonarismo.

Nesse sentido, as epígrafes que “abrem” este texto comparecem como recortes de gestos de inscrições que têm, no sócio-histórico, seu amparo e pelo que conseguem produzir seus efeitos, produzir realidades, pois “[...] todos los discursos conviven en la historia, no hay nunca un «afuera de la historia», porque estos márgenes de discursos conviven y definen la historia de lo que no quiere ser visto.” (González Blanco, 2020 p. 742). Se – como é possível compreender a partir de Michel Foucault (2019) – os enunciados permitem-nos significar cada momento histórico, as epígrafes são, aqui, tomadas como sequências referenciais do cis-hétero-bolsonarismo, as quais, ao serem “quebradas”, podem ter seus enunciados extraídos, podem ter seus regimes enunciativos descritos, analisados, tensionados, podem ter suas regras constitutivas evidenciadas.

Por meio dessa extração, almejo ter elementos para interpretar as políticas sexuais e de gênero que configuram a masculinidade cis-hétero-bolsonarista pela produção daquilo que estou chamando de ameaça rugosa<sup>4</sup> – marcando, com isso, o sujeito não castrado de ânus: aqueles que usam o cu como zona de prazer, como instrumento de contra-trabalho; aqueles que fazem do cu um buraco a ser penetrado; aqueles que mostram que o cu faz o corpo respirar e que para isso precisa estar sempre aberto; aqueles que profanam o orifício e mostram que quem

imagem pretensamente homogênea e estática de dada corporalidade. Investigar a paisagem cis-hétero-bolsonarista dominante significa descrever os regimes de olhares, ouvires e dizeres que tornam ininteligíveis tais corpos e produzem a aceitabilidade social das violências que lhes são direcionadas. A paisagem é a extensão significativa pela qual o olhar dominante sobre os corpos dissidentes é modelado, delimitando seu alcance, seu campo de luminosidade e aquilo que é impossível de ser visto. Portanto, gerenciando a circulação de afetos produzidos socialmente em relação àqueles corpos: por quem devemos chorar, quais corpos são indignos de compaixão, quem é digno de comoção...

<sup>4</sup> Como será visto ao longo do trabalho, a adjetivação da ameaça como rugosa faz referência ao ânus, tal como os sujeitos inimigalizados são significados no cis-hétero-bolsonarismo desde uma redução das suas subjetividades ao cu, tomado como espaço indigno e abjeto.

tem cu, não tem medo,<sup>5</sup> mas desejo – o cu como espectro da possibilidade de ser penetrado; aqueles que fazem deus desejar ter um cu para ser penetrado. O cu como lembrança da penetração sempre possível.

Dito isso, passemos, então, à contextualização das epígrafes no intuito de fazer ver que, emblematicamente, o cu não sai da boca dos porta-vozes<sup>6</sup> do cis-hétero-bolsonarismo, de modo a mostrar que a proliferação discursiva do ânus é constitutiva desse regime. O cis-hétero-bolsonarismo intensifica a produção imaginária dos corpos amedrontadores para gerenciar o ódio na fabricação das identificações *fascistas*.<sup>7</sup> Não há bolsonarismo sem o medo de possuir um ânus, não há bolsonarismo sem o medo e o desejo de ser penetrado.

Posteriormente, passarei à definição do cis-hétero-bolsonarismo, tal qual o compreendo e proponho como chave conceitual de leitura das políticas sexuais e de gênero das extremas direitas reacionárias brasileiras, fincado na produção de

<sup>5</sup> Referência à expressão popular *quem tem cu, tem medo*, normalmente utilizada para expressar que o medo é algo constitutivo de todos os indivíduos, afinal todos teríamos cu. O cis-hétero-bolsonarismo produz o bolsonarista como *sujeito-sem-cu* a partir do medo da perda da masculinidade, o medo da penetrabilidade. Para não ter medo, é preciso esquecer que se tem ânus. A inexistência imaginária do cu é a condição primária para vencer a guerra, pois só se vence uma batalha quando se controla o medo. É preciso não temer as ameaças, é preciso transmutar medo em ódio. Paradoxalmente, o medo da ameaça é a condição da superação do medo que conclama a ação masculinista violenta e mortífera em defesa da não existência do ânus, em defesa dessa masculinidade.

<sup>6</sup> O porta-voz é uma posição imaginária de sujeito produzida como autorizada e legítima a falar por uma coletividade, igualmente imaginária – aquele que supostamente falaria pelo e em nome do movimento/grupo no qual se reconhece (Cazarin, 2005). Tal posição é heterogênea apresentando também os porta-vozes não-autorizados – aqueles que falariam do seu lugar e não do lugar social do grupo. Não sendo, assim, referendados como mediadores efetivos, produziriam sua mediação duplamente ilusória (Rosário, 2008).

<sup>7</sup> Partindo da proposta de Viviane Vergueiro Simakawa (2015) em relação ao conceito *cistema-mundo*, para destacar a dimensão cisgênera e heterossexista imanente e estrutural ao fascismo, grafo-o como *fascismo*, dando ênfase ao imperativo cisgênero dessa formação ideológica fundante da ordem capitalística pelo uso do itálico. Tal movimento de reescritura poderia ainda ser assim grafado: fasCISmo. Essa ressignificação do fascismo como *fascismo* visa a demarcar as políticas sexuais e de gênero (aqui poderia se falar em ideologia de gênero *fascista-deimocrática*) que lhes são inerentes. Parece-me impossível dizer *fascista* ou fascismo sem enunciar a ordem cisgênera.

uma masculinidade supostamente ameaçada por uma ação comunista de emasculação social, visto que, nesse regime enunciativo, os movimentos ditos progressistas estariam, simbolicamente, amputando o pênis do varão – concretizando, com isso, seu suposto plano para uma revolução comunista destrutiva: destruição da família cis-heterocentrada – naturalizada e divinizada, dos valores judaico-cristãos, da nação e, conseqüentemente, do capitalismo. Destruição essa metonimizada no ataque à masculinidade. Feminismo, movimento negro, movimento dos trabalhadores rurais, movimento indígena, movimento LGBT+, direitos de minorias, movimento ambiental... todos são reduzidos a uma estratégia globalista planejada pelos comunistas para destruir o estilo de vida judaico-cristão, a família e a masculinidade.

## 2. O cis-hétero-bolsonarismo e o masculinismo gore-ejaculatório<sup>8</sup>

Retomemos as quatro epígrafes que “abriram” este trabalho. Primeiro, é preciso afirmar que aqui não importará tecer considerações a respeito dos sujeitos empíricos que enunciaram ou fizeram circular tais enunciados. Muito mais importante do que saber quem supostamente enunciou tais dizeres, é tomá-los como sequências de referência pelas quais seria possível descrever funcionamentos específicos em dominância nesse regime, bem como fazer ver como tais enunciações obedecem às mesmas regras de organização, delimitação e

<sup>8</sup> Tal proposição é uma decorrência interpretativa que faço a partir das reflexões de Rodrigo Parrini (2013; 2016; 2019) sobre *masculinidade ereta, falotopia e restaurações fálicas*, bem como das reflexões de Sayak Valencia (2019; 2020) sobre *capitalismo gore, sujeito endríago e masculinidade necropolítica*. Cabe destacar que a descrição do funcionamento *ejaculatório* dessa masculinidade decorre, especificamente, da leitura que faço de Parrini, enquanto que o funcionamento *gore* é uma decorrência direta da apropriação que faço de Valencia. Prefiro falar em um *masculinismo gore-ejaculatório*, por entender tal funcionamento tanto como uma *tecnologia* deimopolítica quanto como um *regime* deimopolítico, pelos quais emerge uma *posição subjetiva* produzida desde um efeito de masculinidade em nítido processo de dominância. Uma imagem de masculinidade caracterizada pela discursivização do seu excesso: para ser reconhecido como bolsonarista, é preciso ostentar, de forma excessiva, signos de uma suposta masculinidade verdadeira. É nesse sentido que o masculinismo gore-ejaculatório é também aqui compreendido como *norma de reconhecimento*.

constituição das funções enunciativas: condições da fala, do que se fala, quem pode falar, legitimidade da fala, memória do dizer mobilizada (Foucault, 2019). Isto é, fazer ver como essas enunciações obedecem às mesmas regras que possibilitam o dizer, o ver e o escutar em determinadas condições do exercício da atividade enunciativa.

Aqui estou tratando do conceito deleuzeano (2017) de formação histórica, para enfocar o entrecruzamento dos estratos que formam o saber: discursividade e visibilidade. São as condições por meio das quais as mentalidades se formulam e os comportamentos se manifestam em dada região e domínio específico, adentrando o campo de inteligibilidade. Dessa forma, aquilo que é possível ver (visibilidade/ícone) e falar (discursividade/discurso) (acrescentaria: escutar – audibilidade/voz)<sup>9</sup> em dada época sobre determinado objeto, prática ou sujeito decorre da pressurização das relações de poder dominantes, sendo, portanto, irrelevante questionarmos quem fala ou faz ver (ou faz escutar). Elas iluminam, hierarquizam e silenciam certas práticas, determinando, com isso, o regime de significação: como é vista/dita/escutada, hegemonicamente, tal prática em dada época.

Há multiplicidade de formações históricas instanciando, pelo seu confronto constitutivo, aquilo que podemos ver, falar e escutar. Logo, se uma formação histórica possibilita e potencializa o que pode e deve ser visto, dito e escutado, como também estabelece, em seu seio, o que não deve ser dito, visto e escutado, devemos suspeitar que ela silencie visibilidades, vozes e discursos não queridos, periféricos, contrários, subterrâneos, de resistência, instanciados em outras formações históricas dominadas. A formação histórica, pensada como o visível, o dizível e o escutável de uma época, é tomada como o todo complexo das formações históricas em presença em dada conjuntura. E este todo é justamente complexo, não-homogêneo, visto que uma formação vai ser a dominante conjuntural em certo domínio de enunciação e, conseqüentemente, existirão as outras formações – as dominadas – que não a refletem, mas estabelecem com a formação histórica

<sup>9</sup> Em minha proposta, tomo a voz (condições de audibilidade) como um desdobramento do dizer (condições de discursividade).

em dominância algum tipo de relação, seja na forma de sua subordinação seja na tensão que oferecem.

Pensar as formações históricas significa pensar o enquadramento pelo qual uma verdade emerge em dado regime enunciativo. É nesse sentido que Deleuze (2017) afirmou que Foucault não foi um filósofo das prisões, das instituições, mas sim um pensador do enquadramento, da quadriculação, ou seja, um pensador que buscou enquadrar o enquadramento – para usar uma expressão de Judith Butler (2018) – pelo qual as operações de poder produzem regimes de verdade, legitimam determinados sujeitos, ao passo que impedem a assunção enunciativa de outros. As formações históricas enquadram e narram. Uma formação histórica é um enquadramento “[...] que busca conter, transmitir e determinar o que é visto (e algumas vezes, durante um período, consegue fazer exatamente isso) depende das condições de reprodutibilidade para ter êxito.” (Butler, 2018 p. 26).

Disso resulta que as formações históricas governam as condições de reconhecimento, pois é a partir desse enquadramento que emergem as posições subjetivas de enunciação. Os corpos emergem pelas formações históricas e nelas são significados. Dessa forma, é pelas formações históricas que podemos entrever as linhas de subjetividade, ainda que, e sobretudo, pelas lentes de significação dominantes. Descrever as relações e as regras que se estabelecem em um conjunto de enunciados é, assim, questionar o regime de enquadramento que possibilitou aqueles dizeres, os processos de veredicação que legitimaram seus enunciadores. Tal descrição permite questionar a produção das condições propícias para a circulação dos enunciados, como também faz ver que há condições para sua livre circulação. Se os enunciados puderam ser ditos, é porque são reais, houve condições para sua enunciação.

E, em relação ao que aqueles enunciados fazem ver, fazem escutar e fazem dizer, o que poderíamos recortar e tomar como funcionamento paradigmático do cis-hétero-bolsonarismo? Começemos com os enunciados verbo-iconográficos. Antes, devemos considerar que a imagem, partindo de Foucault (2019), não pode ser interpretada como reflexo dos elementos verbais que nela circulam, pois a ordem

da imagem e a da palavra são mutuamente irreduzíveis. Sua relação é sempre de não-complementaridade.

Neste primeiro, vemos um homem, branco, cis, heterossexual, sabe-se aqui no Brasil que se trata do conhecido e caricato político da extrema direita reacionária Levy Fidelix, eterno presidenciável recém-falecido que personificou, durante algumas eleições, as assanhas mais conservadoras do eleitorado brasileiro. Inegavelmente, a figura de Fidelix foi necessária à emergência do cis-hetero-bolsonarismo como formação histórica em dominância.



Imponente, da tribuna, com seus signos de masculinidade (postura fálica, bigode no estilo nazi, desleixo estético, ombros eretos, estiramento rígido do braço, uso de vestimentas em tons escuros), enuncia: “aparelho excretor não reproduz”. Este pode ser parafraseado, dada a memória em que circula, a partir das reescrituras possíveis:

- a) o ânus é um aparelho excretor;
- b) do ânus, saem apenas fezes e odores;
- c) o ânus nada produz;
- d) aquilo que o ânus produz não tem valor, não é útil;
- e) o ânus é apenas uma saída, o fim do sistema digestivo;

- f) do ânus, não sairão filhos;
- g) o ânus não é um órgão sexual;
- i) não sendo órgão reprodutivo (sexual = reprodução), mantenha-se o ânus fechado.

Tais reescritas levam-nos à enunciação de uma verdade produzida e intensificada nesse regime: transar com o cu é algo terrível. Disso resulta o enquadramento do uso sexual do ânus como um ato contra a natureza, contra a nossa estrutura anatômica. Ter o ânus penetrado é rebaixar-se à condição de inumano, de não-humano. O “homem” que se deixa penetrar, que faz do cu um espaço de entrada não é um homem, visto que “o cu é o escudo supremo da masculinidade, masculinidade que há de levar íntegra até a tumba.” (Sáez; Carrascosa, 2016 p. 32). “Homem que é homem” não se deixa penetrar, pois nem ânus possui. A real impenetrabilidade é, no cis-hétero-bolsonarismo, a negação do cu. O enunciado verbo-iconográfico faz ver uma interpelação masculinista reiteradamente enunciada: ser homem é ocupar a posição de sujeito ereto, de sujeito-sem-ânus. Não apenas a posição de sujeito impenetrável, é preciso ocupar uma posição de sujeito em que o cu precisa estar esquecido.

Todas essas reescrituras parafrásticas trabalham a ordem da palavra. Precisamos perguntar: e o campo da memória icônica? Chamo atenção para o fato de que a forma como o corpo está disposto em relação a um púlpito, os trajes que leva, retomam outros registros fotográficos de sujeitos em posição de enunciação política e/ou religiosa. Em relação a isso, podemos pensar também que a inclusão do balão de fala retoma a memória de uma charge, facultando a leitura do corpo como o personagem de uma pequena trama... Aliás, a própria materialização icônico-verbal já produz o efeito de uma montagem. Como o verbal não pode ser capturado pelas limitações estáticas deste tipo de fotografia, ele é reincluído nela como a fala de um personagem de charge. Logo, resalto que a forma como o verbal se relaciona ao visual traz à tona uma indeterminação entre o político e o religioso, recuperando memórias dos dois lugares.

Passemos ao segundo enunciado:



Na imagem, vemos um grupo de pessoas, em sua grande maioria homens brancos, cis, heterossexuais, com vestimentas formais em tons escuros. Ao centro da imagem, um corpo ergue um pedaço de folha de papel com os seguintes dizeres: “Queimar rosca todo o dia”. As demais pessoas olham para a performance. Algumas filmam, outras riem. Há também o espaço e a memória nele inscrita: pela disposição dos elementos, pode-se compreender que se trata de um espaço institucional, há quadros na parede esquerda que o reforçam. A questão é que a enunciação do terror, formatada como um enunciado espirituoso, que a foto captura, emerge de um corpo linearizado numa instituição estatal, como um de seus agentes-suportes.

Sabe-se que o corpo que ergue a folha e ri sarcasticamente é Messias Bolsonaro, à época deputado, um conservador com forte apelo *fascista* que, nos idos de 2013, vinha ganhando popularidade por suas falas grotescas, por suas enunciações do terror. Tais performances e uma suposta “coragem” de enunciar opiniões tidas como polêmicas que aparentemente não agradaria o eleitorado fizeram de Bolsonaro uma espécie de *popstar* do conservadorismo reacionário. A mídia logo passou a explorar aquela imagem de político pitoresco e folclórico. Como não é de

se estranhar, a imprensa hegemônica concedera os holofotes necessários à consolidação da ideologia fascista.

Embora o contexto do enquadramento tenda a ser rompido (e o rompimento contextual é uma condição da circulação dos enunciados), tal contexto pode ser minimamente recriado. E, às vezes, recriar o contexto do enquadramento faz-se necessário à criação de novos contextos. Aqui, ainda que se reconheça que, ao se mover, o enunciado precisa romper com sua moldura contextual, reclamo a paisagem contextual que se movimenta com o enunciado. Na ocasião, em 2013, Bolsonaro fez a placa para tirar sarro com militantes que estavam se manifestando contra a eleição do pastor neopentecostal Marco Feliciano como presidente da Comissão de Direitos Humanos da Câmara. Com a performance de Bolsonaro, os ativistas das esquerdas, sentindo-se ofendidos, tentaram agredi-lo. Lembremos: o cu é o lugar máximo da ofensa:

“Mas a direita de sempre não é o único que tem problemas com o anal. As diferentes esquerdas tampouco escapam ao pânico anal, e em muitas de suas manifestações é habitual escutar todo tipo de mensagens e iconografias onde a penetração passiva é sinônimo do pior, da humilhação, do abjeto.” (Sáez; Carrascosa, 2016 p. 71).

Ante a enunciação de “queimar a rosca todo dia” – “queimar a rosca” é uma expressão popular que significa “dar o cu”, “ser penetrado”, “fazer sexo anal” – alguns dos militantes das esquerdas reagem, defendem sua masculinidade, afirmam sua impenetrabilidade, afinal “queimar a rosca” é não ser “homem”, logo é também não ser humano. A ação de contestação teatraliza, assim, uma masculinidade ereta – na expressão conceitual de Parrini (2016). Dessa forma, a reação violenta dos militantes das esquerdas pode ser lida como uma performance que faz ver a força masculina, para afastar a suspeita de penetrabilidade, mostrando que eles não queimam a rosca, mostrando que aquela esquerda não aceitava ser significada pelo sintagma obscuro e rugoso. A performance da esquerda mostra a virilidade do corpo reformista/revolucionário. A esquerda também sonha em não ter cu.

Bolsonaro ri. O riso é muito significativo nesta imagem. Desvinculando o riso do sujeito que ri, retirando qualquer explicação intencional, o riso que é emoldurado na imagem não é exatamente de Bolsonaro, mas do bolsonarismo, é o riso do poder,

o riso falotópico<sup>10</sup> que, sarcasticamente, goza com a tentativa da performance dos esquerdo-machos. O paralelismo violência = virilidade = masculinidade = humanidade mostra as identificações fascistas das esquerdas que alimentam e garantem o cis-hétero-bolsonarismo. Como disseram Deleuze e Guattari (2010), o desejo nunca é enganado. O riso também faz ver que “queimar a rosca” é sempre algo do outro: “Sempre é o povo ao lado que pratica a sodomia, nunca é algo próprio da sua ‘nação’ ou da sua cultura. Na Idade Média, castigava-se a sodomia por ser algo próprio dos infiéis, dos povos mulçumanos.” (Sáez; Carrascosa, 2016 p. 44-5). Por isso, reage-se agressivamente ao “insulto” de vocês queimam a rosca.

*Queimar a rosca* significa a ação das esquerdas contra a eleição do pastor na Comissão de Direitos Humanos. De tal forma que a mera participação no protesto é condição de suspeita da masculinidade. Ser contra a eleição de Feliciano = ser viado, logo = não é humano.

Recorro ao procedimento metodológico da redução do discurso-ocorrência pelo discurso do descritor (FIORIN, 1988), segundo o qual, após a análise de diversas ocorrências (pressupondo a análise das relações entre as formulações de referências e outras oriundas de seus domínios de atualidade e de memória), o descritor reescreve tais funcionamentos enunciativos em novas sequências paradigmáticas, pelo uso da paráfrase. Logo, proponho as seguintes sequências como reescrituras paradigmáticas do enunciado analisado:

- a) vocês estão protestando contra Feliciano, pois são um bando de viados;
- b) é um protesto de viados;
- c) não querem Feliciano, pois ele vai agir contra a agenda bicha;
- d) queimam a rosca, logo não querem Feliciano

Passemos, então, aos enunciados verbais:

“Eu não tenho nada, eu não tenho nada contra quem usa o seu orifício rugoso infra-lombar para fazer sexo. Mas querer impor a sua sexualidade a uma grande maioria de cristãos e querer desvirtuar a forma como Jesus Cristo veio à Terra [...] Isso daí é que a gente tem que mostrar a verdade, porque até a sexualidade de Cristo eles tentam desvirtuar.”

<sup>10</sup> Sobre o conceito de *falotopia*, consultar Parrini (2016).

Destaco a estratégia enunciativa do excesso como forma de produção de sentidos. O excesso é aquilo que estaria em demasia no enunciado (Ernst-Pereira, 2009). No enunciado, o excesso da expressão “eu não tenho nada contra” permite apontar um deslizamento para exatamente o oposto “eu sou contra”. A dupla negação “não...nada”, reiterada em seguida “não...nada”, aponta para uma hesitação do enunciadador que se articula a negar exatamente o que quer afirmar, de modo que tudo o que é trazido após a titubeação enunciativa emerge de um excesso de negação “quem usa o seu orifício rugoso infra-lombar para fazer sexo” → “não... nada” reiterado novamente “não...nada”, de modo que a enunciação reescreve o que foi enunciado: eu sou contra quem usa o seu orifício rugoso infra-lombar para fazer sexo.

Os termos em excesso “constituem-se em ‘acréscimo necessário’ ao sujeito que visa garantir a estabilização de determinados efeitos de sentido em vista da iminência (e perigo) de outros a esses se sobrepuem.” (Ernst-Pereira, 2009 p. 5). Dessa forma, cabe-nos questionar: quais efeitos de sentidos tal excesso estabiliza e quais faz calar?

Novamente, o ânus é chamado a ocupar “seu” lugar de vergonha, de abjeção, lugar sem privilégio. É convocado a abandonar a economia simbólica do prazer. O ânus é lembrado conforme a medicina o descreve: como órgão excretor. Para isso, apela-se ao sintagma mais próximo do regime médico possível “orifício rugoso infra-lombar”. O destino biológico é, então, mostrado deslocado pela complementação “para fazer sexo”, fazendo ver que tal uso do cu seria impróprio, antinatural, repugnante, fazendo ver que o cu não serve “para fazer sexo”, mas apenas para defecar, para excretar tudo que não é produtivo ao corpo, ao sistema.

O enunciado faz ver que o uso sexual do ânus é uma perversão catacrética, possível apenas como afronta ao verbo que se fez carne, usar o cu sexualmente “é querer desvirtuar a forma como Jesus Cristo veio à Terra”. Trepar com o cu, ser penetrado e ter um cu faminto são desvirtuamentos da masculinidade de Jesus, desvirtuamentos heréticos do verbo. Diante dessa profanação, diante do uso do cu, diante da lembrança de que um cu é um buraco aberto que todos têm, clama-se uma reação, clama-se a proteção da masculinidade de Cristo: se até a sexualidade de Cristo eles tentam desvirtuar, a gente tem que mostrar a verdade. A verdade mostrada é a cis-hétero-verdade: ser homem é não ter cu. Ser homem é esquecer

que há ânus. Para isso, faz-se preciso extirpar aqueles que forçam a memória anal, aqueles que fazem lembrar que o cu e o desejo anal coabitam os corpos.

Por isso, o eficaz esquecimento do ânus precisa da destruição do outro; daqueles que, por habitarem o cu do poder, metaforizando o cu do social, fazem a memória confrontar-se com a existência do ânus. “Ser homem”, no cis-hétero-bolsonarismo, não é apenas manter o cu fechado (Sáez; Carrascosa, 2016), mas esquecer radicalmente o orifício rugoso. Ser homem é não ter ânus. Para legitimar essa operação, o cis-hétero-bolsonarismo produz um passado mítico perdido que deve ser reconstruído: um tempo em que o ânus não existia. O bolsonarista é um sujeito mutilado de cu, é um sujeito esquecido de cu.

Preciado (2020) mostra que o cu passa a existir a partir da década de 1960, quando da organização dos primeiros movimentos de bichasapatrans – na expressão de Vidarte (2020), quando da enunciação de um saber anal não mais condizente com a linguagem biopolítica do poder. É a enunciação de um saber anal que possibilitaria a história dos anormais. E isso só é possível com erupção de uma linguagem do ânus – na conceitografia de Preciado (2020). Se a cis-heterossexualidade é uma linguagem sem cu, os sujeitos que dela emergem e são por ela instanciados são sujeitos-sem-ânus. O cu passa a existir quando da erupção de uma linguagem articulada pelo cu e do cu.

Claro que o ânus já fazia memória antes da década de 1960. Afinal, o enquadramento pressupõe sua ruptura como condição de circulação, pois “[...] o enquadramento não é capaz de conter completamente o que transmite, e se rompe toda vez que tenta dar uma organização definitiva a seu conteúdo.” (Butler, 2018 p. 26). A formação histórica em dominância é assombrada por outras formações. Nisso nada fica integralmente estável, nada é reproduzido de forma plena. Penso que Preciado, ao falar da invenção da linguagem do cu a partir de 1960, aponta para o rompimento do ânus no espectro político dominante; quando o orifício se faz presença e assombra o debate político.

Ao articular um saber anal desde o cu da linguagem; ao produzir posições anais de subjetividades que reclamam o cu como espaço de formatação da identidade, espaço de articulação da intelectualidade; ao reclamar-se metonimicamente sujeitos-cus e não mais sujeitos-corpos – orifícios falantes, orifícios pensantes; ao mostrar que sou um cu que escreve, um cu que fala, um cu que canta, um cu que

pensa, um cu com práticas professorais, um cu com práticas jornalísticas; ao reclamar uma escritura anal, já não seria mais possível esquecer a abertura que todos temos, abertura que obriga o desejo. Seria impossível retornar para o estado anterior ao rompimento do limiar político pelo saber anal. Momento em que o ânus supostamente não assombrava com suas piscadas e vibrações.

O saber anal obriga o desdobramento da memória (Hocquenghem, 2020), fazendo do desejo anal um incontornável obstáculo ao masculinismo gore-ejaculatório. O saber anal grava na memória do social que o orifício existe, que o cu é uma abertura, uma entrada, que o cu é o início, que o cu possui o corpo e não o contrário, que somos corpo-de-um-ânus. O saber anal mostra que não há uma anatomia geográfica, mostra que cima/baixo, começo/fim são ilusões racionalistas, mostra que o corpo é topográfico, um terreno aberto e heterogêneo. Com isso, pode ser desinvestida a boca do ponto de origem do corpo: boca → cu. Não havendo cima, baixo, começo, fim, o corpo se dissolve em lugares multiplamente erógenos e falantes, do tubo fechado aos topoi: cu ↔ boca

O desejo de reconstruir um passado marcado pela inexistência do ânus movimentava o cis-hétero-bolsonarismo, movendo o desejo fascista. Por isso, seus porta-vozes anunciam a peregrinação pelo deserto rumo à terra prometida: uma terra de homens, sem bichas – uma terra sem cu, sem medo, sem desejo anal, sem assombro. O cis-hétero-bolsonarismo é uma releitura anal das escrituras: o Messias voltará para guiar aqueles que querem esquecer que há ânus, para guiar aqueles que mantiveram o cu fechado, para abençoar aqueles que conseguiram esquecer que possuíam o tentador orifício rugoso. Nessa narrativa, o cu é o traço do diabo no corpo, a marca do pacto herege tão procurada nas bruxas pelos padres medievais. O cu é a intervenção do diabo na criação. Perversão da obra divina. Eterna tentação. Ferida aberta que profana o divino. A abertura do cu afronta a masculinidade de Cristo, afronta a masculinidade do sagrado, uma vez que religare passa pelo esquecimento do ânus.

Por fim, passemos ao enunciado: “Sou imorrível, imbroxável e também sou incomível.”

Mais uma vez, destaco o excesso de um elemento: o prefixo de negação “im/in”. Retirado o excesso, teríamos: sou morrível, sou broxável e também sou comível. Também há repetição excessiva do sufixo “vel”, utilizado na formação de palavras

para expressar a ideia de possibilidade de. Inicialmente, temos o verbo que é acrescido do sufixo para formar um adjetivo. Agora, teríamos a seguinte construção coordenada semanticamente oposta: morrer, brochar e ser comido. O enunciador, excessivamente e a partir de um estranho paralelismo sintático-semântico, nega a possibilidade de morrer, de brochar (incapacidade de manter a ereção) e de ser comido (ser penetrado). A mera possibilidade de morrer, de brochar e de ser comido impediria a sua identificação com determinados sentidos de “homem”.

Cabe pontuar que a morte aqui não é qualquer uma. Afinal, “homens” também morrem. Contudo, há mortes que podem desonrar a masculinidade viril. Logo, a condição de imorrível é convocada diante da morte indigna:

“É uma vigilância anal que começa na infância e que nos persegue até a morte, inclusive mais além, em uma memória infame que nos marca por termos sido passivos, por termos traído esse imperativo insensato que quer decidir sobre os corpos, suas aberturas e fechamentos, que quer dar direção ou limitar seus fluxos.” (Sáez; Carrascosa, 2016 p.186).

Para mostrar o funcionamento da masculinidade em relação à morte indigna, em relação à morte típica daqueles que transam com o ânus, é necessário trazeremos outro enunciado: “Brasil tem que deixar de ser país de maricas.”<sup>11</sup>

Tal enunciado emerge do contexto da pandemia do novo coronavírus. A morte indigna é a morte por covid-19. Um dos muitos efeitos desse discurso é responsabilizar os LGBT+ pelos efeitos da pandemia. Se aparentemente não haveria mais espaço para falar que o vírus seria uma punição divina aos “pecadores nefandos”, responsabiliza-os pela suposta fragilidade do brasileiro que não seria mais capaz de suportar uma gripezinha,<sup>12</sup> uma vez que ficou muito sensível. Claro,

<sup>11</sup> Redação Uol Notícias. “País de maricas”: Bolsonaro mistura homofobia e indecência, diz imprensa internacional. *Uol notícias*, 11 de novembro de 2020. Disponível em: <https://noticias.uol.com.br/ultimas-noticias/rfi/2020/11/11/com-pais-de-maricas-bolsonaro-mistura-homofobia-e-indecencia-diz-imprensa-internacional.htm>. Acesso em 19 nov. 2020.

<sup>12</sup> Redação Congresso em Foco. “Gripezinha” e “histeria”: cinco vezes em que Bolsonaro minimizou o coronavírus. *Congresso em Foco*, Brasília, 01 de abril de 2020. Disponível em: <https://congressoemfoco.uol.com.br/governo/gripezinha-e-histeria-cinco-vezes-em-que-bolsonaro-minimizou-o-coronavirus/>. Acesso em: 28 jul. 2021.

sensibilidade é coisa de bichas. Se o brasileiro teme morrer é porque se deixou contaminar pela frescura. Macho que é macho não temeria um vírus. Logo, não haveria isolamento social, todos estariam trabalhando e a economia, salva. Se não está, a culpa é da frescura bicha que corrompeu a masculinidade viril do brasileiro. Por isso, para o Brasil se salvar, há apenas um caminho: “deixar de ser maricas”, expurgando a frescura das bichas. Para “um homem”, morrer de covid-19 poderia significar colocar sua masculinidade em questionamento. Já estando morto, nada poderá fazer para reaver sua honra. “Permitir-se” ser abatido por uma gripezinha é macular a memória fálica do corpo. Morrer em decorrência do vírus é um atestado de frescura.

Destaco ainda, no enunciado de referência, o emprego do verbo ser em primeira pessoa do singular “sou”. É preciso questionar quem pode dizer “eu sou” nesse regime enunciativo. Aqui, cabe pensar o cis-hétero-bolsonarismo como efeito de uma dispersão material, como um conjunto de elementos enunciativos que se efetivaria no âmbito da materialidade pela produção do seu regime de cis-hétero-verdade, pelos mecanismos de controle do dizer e pelos processos de qualificação do sujeito autorizado a falar.

“Eu sou” pressupõe um sujeito reconhecido em determinados sentidos de “humano”, pois a própria enunciação precisa produzir seu auditório, precisa repousar em uma escuta pacífica e pressuposta. É possível falar quando não se é um sujeito reconhecível como humano? Ao autorizar o enunciador, a fala cria as próprias condições de enunciabilidade e de audibilidade, sendo validada pela memória social. “Sou” produz um efeito de descrição predicativa sobre si, que, nesse regime, significa: “ser humano”, “ser homem”. Só “o homem” fala, pois apenas ele é escutado.

Para efetivar sua fala, o enunciador precisa afastar qualquer indício que colocaria em suspeita sua masculinidade, que desautorizaria sua fala.

Temos aí mais um excesso: “Sou imorrível, imbroxável e também sou incomível”. O pleonasma é enunciativo – e não apenas linguístico – pois só acontece desde o regime masculinista, no qual ser humano – poder enunciar “eu sou” – pressupõe a negação da morte indigna, a negação da falha na ereção e a negação da existência do ânus. O excesso aponta para a impossibilidade de questionamento da

masculinidade, logo ser = homem = não ter cu = não morrer por frescura = não falhar na ereção.

O medo anal formata a masculinidade cis-hétero-bolsonarista. O que temem? Temem que o cu possa falar, temem que o cu se reclame o orifício solar do pensamento, temem que o cu desautorize a boca, as mãos e a cabeça e instaure a improdutividade anal, que a fala seja convertida em sonoros peidos, que a mão que trabalha seja metida constantemente no cu, que a cabeça que produz pensamentos afogue-se em merdas e que do cu saia uma revolução improdutiva, não reprodutora, uma revolução de fluidos: de fezes, de gozos. Se

“Nossas vozes não são audíveis [...] temos toda a autonomia e autoridade para fundar esses estudos. Por mais que tentemos, nunca será autorizado como campo do conhecimento pela branquitude. Não precisamos de aprovação. Seguimos criticando as ‘fantasias coloniais’ sobre nossos corpos e, especificamente, bundas. Nossa crítica feroz parte de nossos Cus. Nosso Cu é nosso poder. Por isso tantas interdições, fantasias religiosas e coloniais sobre nossas bundas. A antropofagia não nos une mais. Já os comemos, como condição imposta violentamente pela educação civilizatória colonial. Agora os vomitamos e os cagamos. Ao Sul do mundo, ao Cu do corpo.” (Costa, 2017 p. 98).

A masculinidade cis-hétero-bolsonarista é marcada pelo excesso. Excessivamente ereta, excessivamente violenta, excessivamente não penetrável, excessivamente denegatória. A inexistência do ânus constitui a marca da iteração que desenha, produz e conforma a masculinidade cis-hétero-bolsonarista. O excesso da impenetrabilidade converte-se em denegação radical do ânus. Por isso, é uma masculinidade que se fabrica num engenho anatômico, redesenhando o corpo, mostrando que só a boca pode ser aberta. O excesso da masculinidade no cis-hétero-bolsonarismo produz um regime político de distribuição diferencial do reconhecimento de masculinidade/humanidade centrado no medo de possuir um ânus: o masculinismo.

Ao ser penetrado, o cu faz lembrar ao outro que ele tem ânus e que este cu pode ser comido, penetrado, arregaçado. O orifício penetrado torna impossível esquecer que “eu posso também ser enrabado”. Ter ânus é suportar o desejo de usá-lo como entrada, o desejo de fazer do cu uma boca e comer dedos, dildos, punhos, objetos,

peitos, pênis, vaginas. Ter ânus é saber que o cu sente fome. Diante dessa memória anal, o cis-hétero-bolsonarismo convulsiona. É contra a existência do ânus que parecem emergir as políticas de masculinidade (Connell, 2016) do cis-hétero-bolsonarismo.

A possibilidade de ser enrabado assombra a masculinidade ereta (Parrini, 2016), mostrando aos sujeitos que emergem dela que eles também possuem cus e que seus orifícios pulsam, contraem, vibram, desejam, piscam. Por isso, pretendo, com esse trabalho, direcionar nossos olhos (incluindo o olho do cu) ao funcionamento do medo no cis-hétero-bolsonarismo, no intuito de compreendermos a cruzada anal cis-hétero-bolsonarista contra qualquer possibilidade de uso, ainda que simbólico, do cu, para além de sua suposta natureza excretora. O ânus não apenas como saída de merda, de fezes, de peidos, de sons, de mucosas, mas o cu como entrada. O cu como uma abertura na qual tudo cabe, tudo passa. A mera existência de um ânus em um corpo marcaria a tentação de ser penetrado. Por isso, o pânico cis-hétero-bolsonarista frente à existência desse orifício. Pensa-se ser uma antecipação ao desejo.

As políticas de masculinidade no cis-hétero-bolsonarismo precisam fazer esquecer que há ânus. Para isso, produz-se o cu como sempre do outro: das bichas, das mulheres, dos comunistas, dos indígenas, dos militantes do MST – o ânus se alarga para significar toda uma multidão de excluídos. Há nessa topografia anal uma enorme plasticidade. O sujeito marcado pelo cu não é apenas aquele que se nega a castrar a pulsão anal pelo seu uso como instância do prazer, mas são todos aqueles que habitam simbolicamente o cu do social, as multidões de excluídos (Preciado, 2011) da história: as mulheres são anais, assim como as bichas, os comunistas, os negros, os presidiários, as putas, os mulçumanos. A essa posição plástica de sujeito produzida como espectro das ameaças sociais, chamo sujeito-cu. É o saber da existência do ânus que marca a ininteligibilidade do sujeito. O não esquecimento da existência do orifício é aquilo que marca a masculinidade cis-hétero-bolsonarista, logo funciona como norma de reconhecimento de humanidade:

“O cu é, portanto, sinédoque dos restos dos bioarquivos dominantes em sua relação com a memória social. Ele é tomado como um espaço alternativo de reunião, de investimentos e de expectativas fantasmáticas das fronteiras abjetas do corpo na história. É, então, um significante performativo-político para dizer, ouvir, articular, pautar e reinventar o não-vivível, o inenarrável, o inimaginável, o inaudível e o traumático dos bioarquivos dominantes. Lugar de imediato retorno do ainda-não-assimilável sobre a eficácia do sempre-ainda das cadeias excludentes.” (Moura, 2022 s/p, no prelo).

É o medo de fazer de seu ânus um buraco que tudo suga que organiza a paranoia masculinidade gore-ejaculatória no cis-hétero-bolsonarismo. O termo gore decorre da interpretação de Valencia (2020) sobre o capitalismo necropolítico contemporâneo, referindo-se ao derramamento de sangue, à exposição das vísceras, aos assassinatos violentos, aos desmembramentos dos corpos subalternizados, corpos atravessados e constituídos por relações de classe, de sexo, de gênero, de raça. O capitalismo é, para Valencia, essencialmente gore – pois administra o derramamento de sangue e, com isso (por isso), se perpetua. Gore é a masculinidade formatada desde o excesso da violência, de modo a produzir o paralelismo ser homem = matar = derramar sangue = violentar = massacrar.

A masculinidade gore se refere ao derramamento de sangue e à obrigação moral de sentir gozar diante das vísceras expostas. Ser homem é ter coragem de derramar sangue em defesa da masculinidade, em defesa da família, da pátria e dos valores judaico-cristão, em defesa da masculinidade de Cristo. Ser “homem” é gozar com o derramamento de sangue e não sentir nenhuma repulsa ou nojo com os cenários de terror, nos quais os corpos inimigalizados são expostos desmembrados, mutilados, cortados. Ser “homem” é não ter frescura e vibrar com o sangue do outro derramado. É ser capaz de, se preciso for, você mesmo cortar o corpo do outro, drenando aquilo que não pode ser vida:

“Tomamos el término gore de un género cinematográfico que hace referencia a la violencia extrema y tajante. Entonces, con capitalismo gore nos referimos al derramamiento de sangre explícito e injustificado (como precio a pagar por el tercer mundo que se aferra a seguir las lógicas del capitalismo, cada vez más exigentes), al altísimo número de vísceras y desmembramientos, frecuentemente mezclados con el crimen organizado, el género y los usos predatorios de los cuerpos, todo esto por medio de la violencia explícita como herra mienta de necroempoderamiento.” (Valencia, 2015 p. 108).

A masculinidade gore é um gênero a ser consumido. Consume-se o derramamento de sangue como produto. O sangue que jorra do corpo dos inimigos<sup>13</sup> tem valor de mercado. É consumido. Gera produtos: vídeos, imagens, textos. O sangue circula pelas redes sociais. Um sangue incapaz de gerar luto, de comover, de afetar. Um sangue que mobiliza o riso, a satisfação, o triunfo, que formata a masculinidade e produz a humanidade daqueles que gozam com seu derramamento.

Ejaculatória é a masculinidade excessivamente ereta. Uma hipermasculinidade que ejacula a sua verdade. O ato de ejaculação é uma ação de guerra. É o empunhar a arma (o pênis) e atacar o inimigo. Excessivamente ereta, a masculinidade cis-hétero-bolsonarista dispara o esperma. Para lograr-se exitoso, o regime cis-hétero-bolsonarista precisa extirpar a posse do cu, precisa expropriar o ânus do corpo do macho, precisa produzir sua posição subjetiva como sujeito-sem-cu. Essa posição também é produzida, nesse regime, como em constante ameaça. É preciso fazer ver que a masculinidade, em sua concepção divinizada, naturalizada e cissexista, estaria em grave risco: “Las masculinidades erectas [...] se fundamentan, en parte, en la exhibición pública de los enemigos: no solo mediante diversas formas de violencia física, sino también a través de su exposición mediática.” (Parrini, 2016 p. 19). A masculinidade ameaçada significa, nesse regime enunciativo, a humanidade ameaçada, visto que há um investimento semântico em produzir e reforçar a correspondência sinonímica exclusiva homem = humano = nacional. Tal cadeia parafrástica é ainda significada pela relação pátria = direito = vida. O mundo cis-hétero-bolsonarista é um mundo exclusivo de homens cis, brancos, heterossexuais. A eles, e somente a eles, se destinam os direitos, a nação, a pátria, a vida.

Por isso, tal masculinidade configurar-se-ia numa reativa política mortífera legitimada pela salvação<sup>14</sup> de um estilo de vida supostamente natural. Uma hipermasculinidade que reclama sua legitimidade ejaculando medo e fazendo seus inimigos sangrarem. Uma masculinidade de pênis sempre duro, ereto, pronto para

<sup>13</sup> Assim grafado para marcar sua plasticidade semântica: a nomeação da ameaça é um efeito das relações dominantes de poder – hoje, os imigrantes, amanhã as bichas ou ambos.

<sup>14</sup> Com isso, aponto para o entrecruzamento dos mecanismos regulatórios da pastoral cristã no cis-hétero-bolsonarismo, cujos efeitos produtivos são a necessidade de *salvar* o cidadão ameaçado e a criação da *verdade* do regime (na imagem de Bolsonaro como pastor/messias) pela *obediência* aos valores masculinista. Conforme Foucault (2017): a *salvação* do rebanho, a *obediência* à lei e a *verdade* do pastor.

transformar seu esperma sagrado em munição, pronta para desvirginar o social, desmascarando a ação comunista-sodomita. Uma masculinidade produzida entre sangue e esperma. Uma masculinidade conspiratória e paranoica marcada pelo excesso de sangue, pelo excesso de violência, pelo excesso de signos supostamente másculos, pelo excesso de exposição ao grotesco, pelo excesso de ereção, pelo excesso de negação: sem ânus, sem morte indigna, sem falhas na ereção. O excesso é a marca do masculinismo cis-hétero-bolsonarista.

O masculinismo gore-ejaculatório é o regime político de distribuição de humanidade no cis-hétero-bolsonarismo; é o dispositivo que qualifica aqueles que são autorizados a enunciar, determinando quais sujeitos devem ser reconhecidos como humanos; é a norma regulatória que distribui a morte violenta e constrói as condições de sua aceitabilidade; é a tecnologia que gerencia o medo da existência do ânus, produzindo o cu como sempre do outro, produzindo o outro como sujeito-cu, como ameaça social, ao passo que produz o “cidadão-amigo” como sujeito-sem-ânus, como sujeito amedrontado; é a ideologia de cariz pequeno-burguesa que cria a aceitabilidade do terror, potencializa enunciações fascistas, cria uma comunidade e mostra ao fascista em potencial que há outros como ele, que é preciso “sair do armário politicamente correto” e transformar a “vergonha” em “orgulho”; é o conjunto doutrinário difuso que faz circular as regras de organização, enunciação e subjetivação do terror fascista; é o ritual de produção das identificações e de mobilização do desejo fascista pelo medo da existência do ânus.

É nesse sentido que interpreto o cis-hétero-bolsonarismo como formação histórica dominante da significação das dissidências sexo-gendradas, como um domínio de enunciação das formas legitimadas de ver e das formas autorizadas de dizer (e também de escutar) os corpos LGBTQ+ desde a produção de uma masculinidade caracterizada pela inexistência do ânus, pela negação da morte indigna e pela negação das falhas ejaculatórias, produzindo as dissidências sexuais e de gênero como ameaças sociais. Dessa forma, o cis-hétero-bolsonarismo pode ser lido como uma dimensão da economia libidinal capitalística em funcionamento dominante na formação social brasileira contemporânea, marcada pela ascensão e, posterior, dominância dos enunciados oriundos das direitas conservadoras e reacionárias, normalmente nomeada como extrema direita.

O ânus está no centro do cis-hétero-bolsonarismo, é a norma máxima de produção da masculinidade e de distribuição de humanidade, nisso também distribui os afetos, o luto, a compaixão, o medo, a esperança, a sensibilidade. Ter um ânus é ser marcado como carne e não como corpo. Ter um ânus é ser uma vida destinada a ser esquecida, uma vida impossível de memória. Vidas produzidas para provocarem medo. Vidas que são, portanto, despossuídas de corpo, vidas relegadas à carne, vidas-sem-corpos. Enquanto aos amigos é legitimada a posse de corpo, aos inimigos, resta-lhes a carne, tal como os animais são produzidos como vidas-sem-corpos, como mera carne. O corpo é o impossível da carne. Só o corpo é passível de compaixão, de luto, digno de arquivo, de memória, de lembrança. Do sofrimento da carne, não deve haver compaixão.

Não é de se estranhar a “obsessão” do mais popular porta-voz legítimo do cis-hétero-bolsonarismo pelo cu. Obsessão apontada inclusive pela chamada “grande mídia”. Em 07 de agosto de 2019, o jornal O Globo vinculou a matéria “A obsessão de Olavo de Carvalho”,<sup>15</sup> assinada por Eduardo Salgado, em que destaca que o “ideólogo da extrema-direita brasileira parece ter fixação numa parte do corpo humano”. Para comprovar o apelo olavista ao cu, lista-se uma série de postagens em suas redes sociais nas quais focaliza o orifício sem dignidade. O The Intercept Brasil publicou, em 27 de novembro de 2018, a matéria: “A estranha obsessão de Olavo de Carvalho pelo furico alheio”,<sup>16</sup> assinada por Mário Magalhães, na qual consta: “Olavo de Carvalho fala, escreve e provoca recorrendo à palavra ‘cu’. O professor que parece só pensar naquilo teria indicado dois ministros de Bolsonaro.” (Magalhães, 2018 online).

Há uma tentativa de enquadramento da obsessão olavista pelo cu como uma incapacidade de superação da fase anal, recorrendo-se aos pressupostos da literatura psicanalítica. A fixação olavista revelaria a vergonhosa pulsão anal. Olavo teria sido incapaz de sublimar o desejo anal que insistiria por meio de sua obsessão sonora e enunciativa: ele precisaria articular os músculos da boca com a enunciação da

<sup>15</sup> Salgado, Eduardo. A obsessão de Olavo de Carvalho. *O Globo*, Rio de Janeiro, 07 de maio de 2019. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/epoca/a-obsessao-de-olavo-de-carvalho-23647396>. Acesso em: 28 jul. 2021.

<sup>16</sup> Magalhães, Mário. A estranha obsessão de Olavo de Carvalho pelo furico alheio. São Paulo, *The Intercept Brasil*, 27 de novembro de 2018. Disponível em: <https://theintercept.com/2018/11/27/a-estranha-obsessao-de-olavo-de-carvalho-pelo-furico-alheio/>. Acesso em: 28 jul. 2021.

palavra “cu”, bem como precisaria ouvir reiteradamente essa imagem-acústica. Em tom jocoso, o enunciador mostra que a tal obsessão é risível, fazendo lembrança de que “o substantivo com uma sílaba e duas letras que o Houaiss enuncia como ‘orifício na extremidade inferior do intestino grosso, por onde são expelidos os excrementos’.” (Magalhães, 2018 online).

O cu é sempre do outro. Nessa leitura conservadora e enviesada da psicanálise feita pelo texto, o desejo anal é uma incapacidade psíquica, que marca o sujeito que não superou a fase anal, que não teve seu destino pulsional configurado nos termos da cis-heterossexualidade com a estabilização de apenas um órgão sexual – o pênis (como lembra Preciado, a vagina não é um órgão sexual nessa economia psíquica).

Os dois textos são assinados por autorias que se reivindicam desde o espectro da masculinidade cisgênera e heterossexista. Logo, não é também de se estranhar a tentativa de acusar o outro de ter um ânus, de desejar pelo cu. A análise da obsessão olavista desvela-se, assim, na defesa da “nossa” masculinidade. Não somos nós os viados, mas sim vocês, vejam como tentam esconder que desejam pelo cu. Essa oposição de esquerda, de centro-esquerda e de centro produz-se desde o masculinismo gore-ejaculatório. Mas claro, agora com o verniz da deimocracia: masculinismo-gore-ejaculatório-democrático.

Cito a matéria publicada pela IstoÉ, em 17 maio de 2021,<sup>17</sup> assinada por Ricardo Kertzman: “Bolsonaro, além de brocha, deve ser gay ‘passivo’; só pode”. Mais um texto assinado por uma autoria articulada e projetada desde os signos da masculinidade cisgênera e heterossexista. Mais uma vez, tenta recorrer aos saberes psicanalíticos para explicar o terror e o grotesco no discurso bolsonarista. A conclusão a que o enunciador chega: só pode ser um viado com um cu faminto. A estupidez<sup>18</sup> bolsonarista seria uma consequência de sua analidade velada. O terror seria uma forma de sublimar o desejo anal. Chamo atenção para os termos “brocha” e “passivo” utilizados como injúria, como ofensa. Há uma correspondência significativa com os termos “imbroxável” e “imcomível”. A

<sup>17</sup> Kertzman, Ricardo. Bolsonaro, além de brocha, deve ser gay ‘passivo’; só pode. *IstoÉ*, São Paulo, 17 de maio de 2021. Disponível em: <https://istoe.com.br/bolsonaro-alem-de-brocha-deve-ser-gay-passivo-so-pode/>. Acesso em: 28 jul. 2021.

<sup>18</sup> Aqui, faço referência ao *discurso da estupidez* (DIAS, 2020).

oposição busca negar a negação bolsonarista da inexistência do ânus com a negação do próprio ânus: vocês têm cus, nós que não temos.

Efeito também presente, acredito, na tentativa desses setores ditos democráticos em LGBTizar alguns porta-vozes do cis-hétero-bolsonarismo com insinuações de uma suposta “analidade enrustida” – o cu escondido do bolsonarismo,<sup>19</sup> a exemplo de Carlos Bolsonaro.<sup>20</sup> Esse efeito de sentido, além de supostamente reidealizar a imagem do militante de esquerda, do próprio proletariado e da oposição como não-LGBT+, másculo, viril, em contraste necessário com a imagem do bolsonarista como bicha enrustida, significaria as práticas cis-heterodissidentes como forma de ofensa (risível), na tentativa de (des)caracterização do oponente por sua pretensa ridicularização. Os corpos LGBT+ são, necessariamente, tomados como anormais, pervertidos, abjetos – aquilo que é indesejável.

Por meio dessa designação catacrética (identidade deslocada e imposta), acaba-se produzindo uma relação de paralelismo entre os corpos LGBT+ e tudo aquilo que é lido como insuportável social e politicamente, naquilo que, por falta de um significante melhor, chamo provisoriamente de LGBTização do horror: “esse Carlos Bolsonaro só podia ser uma bicha enrustida”. A atuação bolsonarista é, assim, colada a uma única possibilidade: a do agente enunciativo ser um sujeito no armário, que deseja com o cu. Por viver tal “desgraça”, mala suerte, sua vida seria orientada à destruição de qualquer tonalidade de felicidade, de modo que a suposta analidade reprimida comparceria como razão de ser do horror personificado, então, naquela existência maldita.

Já finalizando esta seção, convoco a reflexão de Butler (2018) sobre o êxito da reprodutibilidade do enquadramento em dominância. Para ser eficaz, o

<sup>19</sup> Agradeço a André Mitidieri por essa analogia, sugerida na revisão desse texto.

<sup>20</sup> Em uma discussão política com Carlos Bolsonaro pelo *Twitter*, em 11 de abril de 2019, Fernando Haddad questionou, em tom provocativo: “priminho tá bem?”, fazendo referência ao suposto relacionamento homossexual mantido por Carlos com Leonardo Rodrigues de Jesus, primo dos filhos de Jair Bolsonaro. Noutra ocasião, no *Twitter*, em 17 de junho de 2019, o ex-deputado, assumidamente homossexual, Jean Wyllys afirmou sobre Carlos Bolsonaro: “Se essa bicha travada num armário vivesse sua homossexualidade com vergonha, mas sem fazer danos à reputação de ninguém em função desta, eu jamais iria me referir à sua orientação sexual vivida com culpa e medo. Deixaria ela lá em seu armário, destruindo-se por dentro.”

enquadramento precisa romper com seu contexto, precisa promover rupturas. Sua dominância está condicionada as suas falhas constitutivas. Disso, devemos considerar que o masculinismo não consegue produzir e reproduzir integralmente seus funcionamentos. Há falhas, há resistências, há contradições. Por força do acaso, o cu faz lembrança desde a reprodução do masculinismo gore-ejaculatório: “Polícia Federal encontra dinheiro ‘sujo de fezes’ entre as nádegas de vice-líder de Bolsonaro”, noticiou o *Sputnik Brasil*, em outubro de 2020:

“Durante uma operação de busca e apreensão [...] na casa do senador Chico Rodrigues (DEM-RR), vice-líder do governo de Jair Bolsonaro no Senado, a Polícia Federal encontrou cédulas de dinheiro escondidas entre as nádegas do político.”<sup>21</sup>

O senador Chico Rodrigues precisou lembrar que tinha ânus e que seu ânus era uma entrada, um espaço que tudo cabia, para fazer do seu orifício um cofre e socar cédulas de dinheiro. Simbolicamente, colocou o capital no cu. Há uma performance radical nesse ato. O senador-performer abriu seu ânus – signo da improdutividade, lugar marcado pela não reprodução e pela não produção – e meteu notas de dinheiro –, signo maior da produção capitalista. Se o ânus nada produz, ou melhor, se tudo que o ânus produz não é, ainda que aparentemente, útil ao capital, nada mais emblemático do que colocar o próprio capital no cu. Chico Rodrigues obrigou o capital a lhe fistar. Fez do punho violento do capital (o dinheiro) alimento para seu orifício rugoso. As notas comparecem, nessa performance espontânea, como instrumentos de prazer, cuja utilidade fora contaminada e pervertida pelas rugosidades anais. Por um instante, Chico Rodrigues retirou o dinheiro de circulação e mostrou que o “valor” é uma ilusão, uma fabricação castradora do capital, um instrumento de dominação produzido pelas classes burguesas. Ao socar as notas no cu, o ato obrigou o social a fazer lembrança de que as cédulas não passam de celulose. Rapidamente, foi veiculado nas redes sociais que as cédulas retiradas do cu do senador estavam sujas de fezes. Foi um alvoroço. O cu do senador melou o capital. As fezes fizeram das cédulas nada mais do que papel higiênico. O cu que mela o capital é o cu que subverte a

<sup>21</sup> Redação. PF encontra dinheiro 'sujo de fezes' entre as nádegas de vice-líder de Bolsonaro, diz revista. Sputnik Brasil, Rio de Janeiro, 14 de outubro de 2020. Disponível em: <https://br.sputniknews.com/brasil/2020101416225971-pf-encontra-dinheiro-sujo-de-fezes-entre-as-nadegas-de-vice-lider-de-bolsonaro-diz-revista/>. Acesso em: 28 jul. 2021.

lógica do valor, da mercadoria... Do encontro do cu com o símbolo maior do capital, é possível ler um movimento aleatório e espontâneo que contesta a forma-mercadoria e faz ver que a reprodução falha, faz ver que algo escapa, ainda que não dure em ser capturado. Contudo, a falha pode fazer memória, pode sujar o capital com fezes. Com isso, expusera a ficção capitalista. A performance também serviu para mostrar que o bolsanarista tem ânus e que o usa quando lhe convém.

### 3. A ameaça rugosa

Se de um lado esse discurso produz as dissidências sexo-gendradas como existências ameaçadoras da masculinidade, de outro, reclama uma “reação” masculinista em defesa da supostamente ameaçada normalidade cisgênera e heterossexista, tomada em sua concepção divinizada e naturalizada, em defesa de uma imaginária força masculinista vital. Tal investimento serviria à mobilização da esperança daqueles que supostamente seriam capazes de proteger a sociedade dita normal da ameaça rugosa. Por isso, a inimigalização dos corpos LGBTQ+, por exemplo, seria estrutural ao funcionamento da deimocracia. Não há democracia burguesa sem cissexismo, sem heteronormatividade, sem racismo... Para que possa produzir identificações, além de atuar no desavergonhamento diante do desejo social pelo fascismo, precisa distribuir o medo. Precisa produzir pânico moral, como também precisa construir a esperança dos supostamente amedrontados no estado capitalístico, na autoridade.

É nisso que proponho compreendermos a inimigalização polimorfa das multidões de excluídos como fabricação de uma ameaça rugosa, visto que o ânus comparece como metonímia da emasculação social. Nesse imaginário em dominância, a ameaça rugosa não seria apenas um espectro que denunciaria o risco de uma paranoica ditadura comunista pela atuação de corpos cis-heterodissidentes, tal qual o perigo cor-de-rosa<sup>22</sup> (Afonso-Rocha, 2021) funcionou na última ditadura

<sup>22</sup> A metáfora “perigo cor-de-rosa” convoca, na sua relação com a memória, cadeias associativas com vários símbolos de inimigalidade: o “perigo vermelho” pelo que foram/são significados os comunistas e o rosa como signo de aprisionamento de uma feminilidade imaginária, bem como o matiz do triângulo identificatório da “homossexualidade” nos campos de concentração nazista. A cor rosa, socialmente associada ao “feminino”, numa estratégia de naturalização da diferença sexual e de gênero, é normalmente atribuída à viadagem de forma

brasileira. Além disso, a ameaça rugosa faz ver que o risco não seria meramente espectral, cujo tempo seria o presente ou o futuro próximo. A destruição da sociedade – personificada na destruição da masculinidade – já estaria em curso: não havendo tempo, clama-se por uma reação masculinista radical contra a abertura simbólica do ânus, contra as diferenças. O tempo convocado pela ameaça é o passado: “já estamos em guerra e estamos perdendo-a”.

A ameaça rugosa comparece como efeito de estereotipia dos excluídos: marcando o sujeito não castrado de ânus – não apenas aqueles que usam o ânus “sexualmente”, mas sim aqueles que habitam o ânus do social: as multidões de excluídos da história, que são cagados, defecados pelo poder, aqueles que são significados como as fezes do social. Por isso, a nomeação dessa “ameaça” como rugosa (orifício rugoso infra-lombar) busca tensionar esse efeito semântico pela assunção radical da periculosidade anal: tenham medo! Pela reivindicação do cu, como rugosidade territori-anal de resistência, destruiremos a normalidade cis-hétero-burguesa cristã.

O videoclipe da música Diaba, da cantora Urias – que é, na minha opinião, uma das mais agudas análises do processo de inimigalização –, faz ver o funcionamento deimopolítico<sup>23</sup> dessa inimigalização, bem como faz enunciar a possibilidade da

depreciativa. A cor rosa aparece como lugar semiótico da subalternidade daqueles que negam/fraturam a masculinidade dominante e emasculam a sociedade. A cor rosa metaforizaria, assim, a extirpação da genitália dita masculina. Sobre o conceito *perigo cor-de-rosa*, consultar Afonso-Rocha (2021).

<sup>23</sup> Penso a produção do inimigø sexo-gendrado desde a gestão do binômio medo/esperança, paradigma de governmento que denominei deimopolítica (Afonso-Rocha, 2021): Deimos é o deus do Pânico (*Δεῖμος*), filho de Ares, deus da Guerra (*Ἄρης*) e Afrodite, deusa do Amor (*Ἀφροδίτη*), personificação do medo da morte em batalha, irmão gêmeo e companheiro de luta de Fobos, o deus do Medo (*φόβος*). Enquanto Fobos se responsabiliza por causar o medo no coração dos seus inimigø de forma individual, Deimos o generaliza, espalhando-o, de modo a promover um estado de pânico perpétuo. Nesse sentido, tomo a deimopolítica como os (re)arranjos simbólico-imaginários que visem à mobilização de afetos coletivos em defesa da “sociedade”, do Estado, da “nação”, em síntese, em defesa do modo de produção capitalista, pela fabricação de inimigø imaginários a serem combatidos, de modo a justificar o fundamento mimético da autoridade, cuja perpetuação é alimentada pela guerra eterna do capital.

desapropriação/(re)apropriação dessa mesma condição ameaçadora como resistência ao processo endocapitalístico de fabricação de corpos abjetos:

“Sua lei me tornou ilegal  
Me chamaram de suja, louca e sem moral  
Vão ter que me engolir por bem ou por mal  
Agora que eu atingi escala mundial  
[...]  
Não sou nova aqui  
Não te peço licença  
Sua permissão, nunca fez diferença  
Como toda educação  
Foda-se sua crença”

O assombro-fascínio do cu como entrada é posto em jogo pela saída das fezes. O rito fágico obriga o social a fazer memória de que o cu – zona abjeta e negada do desejo – é um destino pulsional. O rito fágico termina no ânus, termina com a saída de algo pela abertura anal, termina colocando aquele que se alimenta em posição obscena, com sua abertura exposta, dando passagem à merda. Termina obrigando a sentir algo passando pelo ânus, termina com as contrações anais, termina com as fezes desencadeando sensações nas terminações nervosas do cu. Termina com a lembrança de que se por ali sai algo, há a igual possibilidade de algo vir a entrar. Cagar é, assim, uma relação sexual que aponta para o ânus como local de entrada: o cu como espaço receptor (Sáez; Carrascosa, 2016). O ânus, como entrada, fratura a pretensa superação da perversão polimórfica. O cu insiste, se faz memória e se convola em movimento de moções do desejo (Moura, 2019).

A ameaça rugosa marca também as multidões de excluídos que, ao serem mutiladas, fazem do ânus presença e memória dessa exclusão mortífera, sujam o cu do poder, obrigando-o a se prostrar, ainda que por um momento. Tudo que é comido é também cagado (Freire, 2020). Cagar é a memória da possibilidade da entrada. A ameaça rugosa como prurido anal, como uma intensa coceira no cu do poder.

A ameaça rugosa convoca-se no resto fecal do processo fágico, fazendo lembrança que o ato de se alimentar tem como finalidade não almejada a defecação. Ao se nutrir do medo do/ao outro, minunciosamente produzido como ameaça, a deimopolítica é confrontada pelo resto defecado, pela merda, pelos resíduos fecais desse funcionamento: a assunção da periculosidade das multidões de excluídos.

Da fagia, há também a merda, fazendo lembrança e presença do cu, este espaço metafórico que nós, os excluídos, habitamos (Moura, 2022): o cu do poder, o cu da cultura, o cu do social, o cu da literatura, o cu da arte, o cu da história, o cu da língua, o cu da religião, o cu de deus. O medo que é devorado como alimentação percorre todo o tubo digestivo. Os resíduos do medo defecado transformam-se em radical contestação: temos, assim, “[...] o cu como significante munificente, isto é, como significante largo, do excesso, sobejo, exagerado, descontrolado e redundante.” (Moura, 2022 s/p, no prelo).

Se o corpo do outro é produzido como ameaça social como forma de justificar o fundamento mimético da autoridade capitalística (Afonso-Rocha, 2021), de modo a fabricar adesão social ao estado burguês, o processo de alimentar-se do medo pode dar ensejo à ressignificação produtiva daquele resto impossível de ser absorvível. De tal forma, aquilo que significa o perigo dos excluídos e que justificaria sua própria exclusão pode comparecer, então, como tática contra-produtiva de reafirmação da periculosidade dos excluídos, daqueles que habitam o cu do poder:

“Cabe a radicalização nossa também, de afirmar com todas as letras o que é uma estratégia política crítica anti-sistêmica: ‘ah, vocês querem destruir a família...’ Sim, queremos. Porque se a gente não quiser, não vai ser ameaça. E se a gente não perceber isso, a direita faz questão de corrigir nossa burrice, porque eles falam isso pra gente. ‘Vocês só são ameaça se quiserem mexer na família. Se quiserem desregrar o sexo e desnORMATIZAR o desejo’ e a gente diz o quê? Que não quer ser ameaça?” (Palha, 2019 *online*).

AFONSO-ROCHA, Rick

«O masculinismo gore-ejaculatório e a ameaça rugosa».

HYBRIS. Revista de Filosofia, Vol. 12 N° Especial. Masculinidades: Campos críticos, procesos emancipatorios y reconfiguraciones de la hegemonía. ISSN 0718-8382, septiembre 2021, pp. 301-334

## Referencias

Afonso-Rocha, Rick (2021). *O perigo cor-de-rosa: ensaios sobre deimopolítica*. DeVires, Salvador (No prelo).

Butler, Judith (2018). *Quadros de guerra: quando a vida é passível de luto?* Civilização Brasileira, Rio de Janeiro.

Cazarin, Ercília (2005). *Identificação e representação política: uma análise do discurso de Lula*. Editora Unijuí, Ijuí

Connell, Raewyn (2016). *Gênero em termos reais*. nVersos, São Paulo.

Costa, Pêdra (2017). Manifesto O Cu do Sul. En: CACERE, Imanaya; MESQUITA, Sunanda; utikal, Sophie (editor.), *Anti\*Colonial Fantasies: decolonial strategies*, Zaglossus, Viena.

Deleuze, Gilles (2017). *Michel Foucault: as formações históricas*. N-1 edições; Politeia, São Paulo.

Ernst-Pereira, Aracy (2009). A falta, o excesso e o estranhamento na constituição/interpretação do corpus discursivo. En: *anais do iv sead - seminário de estudos em análise do discurso 1969-2009: Memória e história na/da Análise do Discurso*, Porto Alegre. Disponível em: <https://www.ufrgs.br/analisedodiscurso/anaisdosead/4SEAD/SIMPOSIOS/AracyErnstPereira.pdf>. Acesso em: 28 jul. 2021.

Fiorin, José Luiz (1988). *O regime de 1964: discurso e ideologia*. Atual Editora, São Paulo.

Foucault, Michel (2017). *História da sexualidade 1: a vontade de saber*. Paz e Terra, Rio de Janeiro.

Foucault, Michel (2019). *A arqueologia do saber*. Forense Universitária, Rio de Janeiro.

Freire, Ana Ester Pádua (2020). Perversão teológica: notas sobre a Teologia Indecente de Marcella Althaus-Reid. En: *Revista Periódicus*, v. 1, n. 14, p. 91-104.

González Blanco, María Azucena (2020). Política del afuera y acontecimiento: los inéditos de Michel Foucault sobre literatura. En: *Revista de investigación e información filosófica*, 76 (290 Extra), p. 729-742.

Hocquenghem, Guy (2020). *O desejo homossexual*, A bolha, Rio de Janeiro.

Moura, Iago (2019). Acuações do corpo em Linn da Quebrada. *Anais do IV Desfazendo Gênero*. Realizado em Recife. Disponível em: <https://www.editorarealize.com.br/index.php/artigo/visualizar/64027>. Acesso em: 27 abr. 2021.

AFONSO-ROCHA, Rick

«O masculinismo gore-ejaculatório e a ameaça rugosa».

HYBRIS. Revista de Filosofia, Vol. 12 N° Especial. Masculinidades: Campos críticos, procesos emancipatorios y reconfiguraciones de la hegemonía. ISSN 0718-8382, septiembre 2021, pp. 301-334

Moura, Iago (2022). Efeitos anais: do corpo, na memória e na história. En: Monteiro, Nai; Afonso-Rocha, Rick; Moura, Iago (editores), *Cutucando o cu do cânone: insubmissões teóricas e desobediências epistêmicas*, Devires, Salvador (no prelo).

Palha, Amanda (2019). O movimento LGBT e o fim da família. En: *Seminário internacional democracia em colapso*, São Paulo. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=mli2tFYbGmc>. Acesso em: 20 jun. 2021.

Parrini, Rodrigo (2013). Falos interdictos: cuerpo, masculinidad y ley. En: *Nómadas*, n. 38, p. 65-79.

Parrini, Rodrigo (2016). *Falotopías: indagaciones en la crueldad y el deseo*. Universidad Central-Iesco y Universidad Nacional Autónoma de México, Bogotá.

Parrini, Rodrigo (2019). Retóricas del amo. Políticas de la masculinidad y restauraciones fálicas. En: *Nomadías*, n. 27, p. 183-205.

Preciado, Paul B (2011). Multidões queer: notas para uma política dos “anormais”. *Revista Estudos Feministas*, v. 19, p. 11-20.

Preciado, Paul B (2020). Terror anal: notas sobre os primeiros dias da revolução sexual. En: *HOCQUENGHEM, Guy, O desejo homossexual*, A bolha, Rio de Janeiro.

Rosário, Heloisa Monteiro (2008). O sujeito do discurso e a noção de porta-voz na mídia. En: Mittmann, Solange; Cazarin, Ercília Ana; GRIGOLETTO, Evandra (editores), *Práticas discursivas e identitárias: sujeito e língua*, Nova prova, Porto Alegre.

Simakawa, Viviane Vergueiro (2015). *Por inflexões decoloniais de corpos e identidades de gênero inconformes: uma análise autoetnográfica da cisgeneridade como normatividade*. Dissertação (Mestrado em Cultura e Sociedade) – Universidade Federal da Bahia, Salvador.

Urias (2020). *Diaba*. Direção João Monteiro. Youtube, 20 de agosto de 2020. Disponível em: [https://www.youtube.com/watch?v=\\_r83\\_ualtPM](https://www.youtube.com/watch?v=_r83_ualtPM). Acesso em 20 jul. 2021.

Valencia, Sayak (2015). ¿Nuevas masculinidades? Sexismo hipster y machismo light. *Topografías de las violencias*, p. 107-123.

Valencia, Sayak (2019). Uma masculinidade necropolítica. *Resista – observatório de resistências plurais*, 6 de agosto de 2019. Disponível em:

<https://resistaorp.blog/2019/08/06/uma-masculinidade-necropolitica/>. Acesso em 27 abr. 2021.

Valencia, Sayak (2020). *Capitalismo gore*. Melusina, Santa Cruz de Tenerife.

Vidarte, Paco (2020). *Ética bixa: proclamações libertárias para uma militância LGBTQ*. N-1 edições, São Paulo.